

REALIZAÇÃO



RECONSTRUIR O BRASIL
COM SOBERANIA POPULAR,
ENGENHARIA E O
MOVIMENTO SINDICAL

CONGRESSO NACIONAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS
31 de agosto a 2 de setembro de 2023
Rio de Janeiro - RJ

PATROCÍNIO



APOIO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL	7
UMA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES	8
CRISE BIOSOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	37
OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA	45
TEMA 2 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL	55
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA SINDICAL E FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA: DIRETRIZES DE UMA AGENDA SINDICAL TRANSFORMADORA	56
A ENGENHARIA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	74

APRESENTAÇÃO

Reconstruir o Brasil com Soberania Popular, Engenharia e o Movimento Sindical é o lema do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros – CONSENGE que tem, ainda, como temas centrais “A Reconstrução do Brasil” e “Organização Sindical”. Essa proposta de estrutura temática elaborada antes mesmo das eleições de 2022 estabeleceu, muito acertadamente, os eixos da agenda de debates que serão travados no Congresso bem como a referência para a elaboração das diretrizes para a ação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros e dos Sindicatos de base no próximo triênio.

Em sua tradição de organização dos congressos, como uma etapa preparatória e muito relevante, a Federação e suas entidades filiadas realizam encontros / congressos regionais que utilizam como base e estímulo aos debates esse caderno de teses, ora apresentado, que contém cinco textos de autores e palestrantes do 13º CONSENGE. Pela ordem de apresentação dos textos, são eles Ladislau Dowbor, Tainá de Paula, Gilmar Mauro, tendo como coautora Fernanda Mauro Garcia, Clemente Ganz e Marcos Túlio de Melo.

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos. Tainá de Paula, é técnica urbanista, secretária de ambiente e clima da cidade do Rio de Janeiro e vereadora licenciada da cidade, com longa militância na área de arquitetura e urbanismo. Gilmar Mauro é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com forte atuação em prol da reforma agrária e da agroecologia. Clemente Ganz é sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, tendo sido diretor técnico do DIEESE, entre outras atribuições em sua larga trajetória de atuação no Mundo do Trabalho. Marcos Túlio de Melo, por sua vez, é engenheiro civil, com especialização em saneamento e engenharia econômica, tendo sido conselheiro federal, presidente do CREA-MG e presidente do CONFEA, compondo, atualmente, o Conselho Fiscal do SENGE-MG e o Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Apesar das singularidades ensejadas pelos temas tratados em cada texto, perceberá o leitor que, em consonância com o leque de possibilidades aberto pelos resultados das eleições de 2022 e com a tarefa inadiável de (re) construir o país, há um fio condutor comum, uma espécie de intenção central na contribuição de cada autor que aproxima os textos tornando-os complementares e formando um todo coerente. Trata-se da preocupação em cada tese com o questionamento ao atual estado de coisas e com a elaboração de propostas que nos façam repensar profundamente a forma de organização social, política e econômica do país. É um convite a pensarmos grande.

O primeiro texto, do professor Ladislau Dowbor, intitulado “Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e superação das desigualdades”, como o próprio nome sugere, cobre um amplo espectro de problemas sociais e econômicos e apresenta, para cada aspecto considerado mais relevante pelo autor, propostas concretas para o seu enfrentamento. Para Ladislau, o Brasil tem plenas condições de permitir a seu povo viver com dignidade e razoável padrão de bem-estar, mas deve, para tanto, estancar os “drenos improdutivos”, em especial, aquele relacionado à financeirização, que tornam nossa economia disfuncional, paralisando-a, e promovem uma imensa concentração da renda. Para sua superação, Ladislau identifica quatro eixos de atuação: “organizar a inclusão produtiva, assegurar as bases financeiras correspondentes, atualizar as formas de gestão para que as políticas funcionem, e ampliar as bases políticas para que essas mudanças sejam possíveis”.

Tainá de Paula é a autora do segundo texto, que tem suas atenções voltadas para a questão urbana brasileira, para os desafios fundamentais a serem enfrentados para a construção de uma cidade diferente, inclusiva, resiliente, adaptada e que dê vazão à imensa demanda acumulada da população por melhores condições de vida, especialmente daquela parcela mais pobre, da periferia, das favelas, tão presentes em nossas megalópoles. Num texto com muitas indagações / provocações, chama atenção para as necessidades e correspondentes possibilidades que se abrem na área do saneamento, da habitação, do transporte, mas, também, enfatiza a necessidade de iniciarmos desde agora, “do hoje”, as mudanças nas cidades para lidar com os problemas ambientais e do clima, que não são mais meras projeções para o futuro e sim uma realidade. Perpassando essas discussões, a autora indaga sobre o papel dos profissionais da engenharia, da arquitetura

nessas transformações e enfatiza a necessidade de que novos atores, novas vozes sejam ouvidas na elaboração das políticas públicas voltadas a essa temática.

O terceiro texto, de Gilmar Mauro e Fernanda Mauro Garcia, problematiza a questão da soberania ambiental e alimentar de forma bastante abrangente, questionando nossa própria relação com a natureza, nosso atual e insustentável modo de produzir e consumir, apontando, apoiados em sólidos indicadores, os imensos desafios ambientais, sociais, econômicos e alimentares que temos à nossa frente e a necessidade de repensarmos profundamente nossas práticas sob pena de comprometermos o nosso futuro comum e produzirmos uma “catástrofe sociobiopolítica”. A combinação da brutal concentração de renda e da propriedade da terra, de um lado, com as constantes e crescentes agressões à natureza, de outro, são impulsionadas pela especulação financeira predominante no capitalismo em seu estágio atual. E, para interromper esse processo, os autores sugerem um conjunto de propostas de transformação que mostra ser possível pensar um novo mundo, para o qual, entre outros aspectos, a reforma agrária e a agroecologia são ingredientes fundamentais.

Clemente Ganz, que está participando ativamente das discussões sobre mudanças na legislação sindical e trabalhista, em assessoria ao Fórum das Centrais Sindicais brasileiras, apresenta neste texto uma série de propostas, denominadas “Atualização do Sistema Sindical e Fortalecimento da Negociação Coletiva”, que ainda estão em elaboração e negociação com o governo federal, representações patronais, dentre outros atores atinentes ao tema. Após fazer um retrospecto das mudanças ocorridas na legislação sindical depois da Constituição Federal de 1988 e um sumário das alterações nas legislações implementadas em dezenas de países na sequência da crise financeira internacional de 2008, apresenta o que denomina de “Fundamentos para um projeto de mudança” e as diretrizes, propriamente ditas, para “um projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização do sistema sindical”. As propostas compreendem questões como financiamento sindical, organização sindical, representação sindical, negociação coletiva e, como não poderia deixar de ser, pela natureza polêmica de tais assuntos, certamente, ensejará acalorado debate.

O último texto dessa série de cinco contribuições foi elaborado pelo engenheiro e dirigente sindical Marcos Túlio de Melo e trata, exatamente, das questões de interesse institucional do profissional da engenharia. Em caráter introdutório, o autor enfatiza a importância da engenharia e de seus profissionais para a consecução de um projeto de desenvolvimento nacional e com soberania, algo que nunca é demasiado ressaltar. Em continuidade, apresenta um histórico da constituição do sistema CONFEA / CREA e da sua Caixa de Assistência – MÚTUA, bem como suas atribuições e alterações ocorridas ao longo do tempo no arcabouço institucional que regulamenta a profissão. Em seguida, adentra na discussão dos “conflitos [internos e externos] de atribuições profissionais”, finalizando com a apresentação da regulamentação da profissão de engenheiro e das propostas para desregulamentação ou flexibilização da regulamentação objeto de debate nas entidades do setor e no Congresso Nacional.

Como se pôde perceber por essa apresentação, os autores aportam uma valiosa contribuição ao debate e aos trabalhos que virão a ser realizados nos encontros / congressos regionais e, posteriormente, no 13º CONSENTEGE. São teses com análises realistas sobre a situação dura e desafiadora em que nos encontramos, mas, ao mesmo tempo, carregadas de otimismo e esperança nas sugestões que fazem para a (re) construção do Brasil.

É um material rico que, certamente, apoiará os debates e a elaboração, por parte dos engenheiros e engenheiras congressistas, de propostas de diretrizes para a ação da FISENTEGE no próximo triênio. Trata-se de um período histórico que demandará de todos nós participação e engajamento firme e decidido não apenas para impedir qualquer retrocesso histórico, combatendo a ultradireita sem tréguas, como, principalmente, para firmarmos os alicerces para a construção da nação que sonhamos e queremos legar às nossas próximas gerações. Esperamos que este material inspire e estimule a todos nessa jornada.

Boa leitura!

TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Subtema 1.1 - Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e a superação das desigualdades

Subtema 1.2 - Políticas públicas estratégicas: cidades, soberania ambiental e alimentar

OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA

Tainá de Paula³⁵

Urbanização e desafios

O grande desafio da agenda urbana brasileira na atualidade é a reconstrução da própria agenda em si: quais são os novos marcos, quais são os novos legados e os desafios do futuro que a gente precisa estabelecer e enfrentar.

Nós construímos uma discussão avançada ao redor da agenda 2030, mas não alcançamos nem de perto os marcos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por outro lado, nós construímos e enraizamos a discussão no campo da política pública, dos marcos legais e dos marcos institucionais dos artigos 182³⁶ e 183³⁷. No entanto, por mais que tenhamos leis, projetos, fórmulas e um pensamento do arcabouço do planejamento como um todo muito entranhado no dia a dia do planejamento urbano brasileiro, pouco nós conseguimos construir de equidade de direitos, de democracia territorial, de justiça ambiental, territorial e climática.

Cada vez mais, acontecem desastres, ocorrências climáticas muito fortes e de longo alcance. As chuvas com frequência de 50 anos viraram de 20 anos, de 10 anos, de 5 anos e até de 2 anos, numa dimensão de precipitação pluviométrica alarmante que nos coloca o seguinte desafio: o amanhã, que na verdade, começa no hoje, no agora.

Para enfrentar esse desafio, há três elementos muito importantes que constituem um tripé. Em primeiro lugar, está a reconstrução da coisa pública, do Estado. Nós vivemos uma desconstrução da máquina pública, de como essa estrutura, esse pacto federativo se orienta e se organiza, o nosso Ministério das Cidades, a desconstrução do processo da agenda urbana brasileira, que a democracia recente nos havia proporcionado. Precisa ser recomposta e reconstituída a governança popular e democrática, os conselhos, a

³⁵ Técnica urbanista, secretária de ambiente e clima da cidade do Rio de Janeiro e vereadora licenciada da cidade.

³⁶ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

³⁷ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

participação popular conjunta, o fazer coletivo, as iniciativas pioneiras, como os mutirões, a autogestão e todas as discussões da nossa base popular contemporânea.

Um segundo elemento é a incorporação, em sua dimensão e multiplicidade, dos novos atores sociais. É inegável que na pandemia da covid-19 os territórios de favela e de periferia foram os novos protagonistas urbanos. E como é que a gente dá voz a esses segmentos? Como a gente discute de forma mais democrática e horizontalizada a partir deste lugar social? Como é que a gente transfere todo esse fazer e essa ciência para o dia a dia da formulação de novas políticas públicas e desses novos atores e atrizes da agenda urbana?

E como último elemento, a disponibilidade dos recursos. Nós não equacionamos essa questão, mesmo nos governos democrático populares de Lula e Dilma. É necessário colocar uma lente sobre essa questão, para que nos sirva de alerta neste novo ciclo de períodos democráticos populares que se inicia no Brasil. A questão é como democratizamos o acesso ao orçamento? Como falamos mais sobre orçamento participativo e da discussão dos estudos internacionais, ou seja, do Norte Global financiando o Sul Global? Como colocamos o Brasil no lugar de responsabilidade política e como protagonista na reivindicação dos fundos internacionais?

O Brasil deve atuar como um interlocutor, que tem outra dimensão política, com o papel de reivindicar, buscar e captar recursos, mas também o papel de apresentar propostas para o seu ecossistema da América Latina, com outro tipo de implementação de política.

De onde virá o dinheiro? Serão os municípios do Brasil grande e profundo aqueles os responsáveis por dar conta das mazelas que são de escala global? Acho que a discussão da resiliência e de adaptação das cidades é uma chave importantíssima nessa questão. Será que a cidade de São Sebastião, em São Paulo, tem condições de adaptação frente ao grande impacto das últimas precipitações, das últimas chuvas? Acredito que não. Essa é uma discussão de fôlego que o governo federal, e todos os entes federativos precisam travar neste novo ciclo do Brasil.

Mobilidade Urbana

No que se refere à mobilidade urbana, o grande desafio se coloca em relação ao transporte de massa combinado à energia limpa. Como o Brasil articula uma nova matriz energética com o transporte de grande capacidade? Como investir mais em modais de transição, como BRT ou VLT, que atuam ora em composição ora sendo substituídos por outros modais de grande porte, como o trem de superfície ou metrô subterrâneo ou de superfície?

O transporte aquaviário segue sendo uma grande negligência na agenda público-política do país. Como enfrentar o desinteresse público pelo transporte individual por bicicleta ou a pé? Como falar da mobilidade ativa com mais qualidade, quando temos diversos municípios de médio porte e de pequeno porte que simplesmente se negam a usar o transporte ciclo ativo individual e até mesmo a locomoção peatonal? A preocupação com o pedestre foi abandonada nessas cidades pequenas e médias.

Nos grandes centros urbanos das megalópoles, como é o caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, que é meu lugar de fala, é muito importante que haja outra inteligência para a locomoção em si. Como investir muito peso, inclusive do orçamento público, nas intervenções mais robustas?

Mesmo com a nossa capacidade de investimento, inclusive com aportes relativamente recentes do governo federal, ainda não conseguimos caminhar em direção à transição energética. Esta é uma discussão fundamental e deveria ser implementada mesmo que numa iniciativa piloto, para gerar consciência coletiva sobre a importância do clima e da agenda climática, como também uma consciência institucional da importância de realizar essa transição.

É muito importante que nós tenhamos ônibus elétricos e a biodiesel, trens com energia limpa de alta capacidade rodando nos grandes centros do Brasil na próxima década. O novo governo do presidente Lula precisa, fundamentalmente, construir essa agenda em nível nacional, inclusive aportando recursos a partir do Fundo Nacional de Transporte. Sou amplamente defensora do financiamento público continuado das iniciativas de transporte de massa do Brasil, mas com algumas contrapartidas locais:

energia limpa, emprego verde, geração de empregos, transporte de média capacidade e melhoria e qualificação das áreas integradoras dessa malha de transporte urbano.

Por outro lado, como falarmos de acessibilidade, tema que ficou abandonado no último círculo virtuoso? Existe o marco nacional da pessoa com deficiência, embora ainda uma discussão muito frágil das normas regulamentadoras localmente, uma dificuldade de implementação da política para pessoa com deficiência e de baixa locomoção nas cidades, mas principalmente quando a gente sobrepõe a essa questão o fator renda.

É diferente um jovem com deficiência negro de favela se locomover na cidade. É diferente de um segmento de classe média que não percebe o quão desigual é a cidade para todas e todos e, inclusive, pautar isso como demanda própria. Existe uma discussão profunda que precisamos enfrentar: as pessoas com deficiências também se inserem e incluem-se dentro desse contingente maior das pessoas com deficiências congênitas e as adquiridas, das pessoas com 60+, nossos idosos, nossas idosas, mulheres gestantes, pessoas com mobilidade reduzidas em períodos pontuais de suas vidas. Todo mundo que quebrou uma perna sabe o que é andar de muleta, de cadeira de rodas numa cidade que nega o acesso às pessoas com algum nível de deficiência. Obviamente que a discussão de uma cidade equitativa passa por transporte de massa, como também por cidades inclusivas no direito universal de ir e vir.

Minha Casa Minha Vida

Em primeiro lugar, proponho pensar no adiante, pois não é o caso, neste espaço, de centrar a discussão na crítica ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Adicionalmente, cabe afirmar que a produção da moradia não pode ser um ativo apenas do setor privado. Academia, atores públicos e movimentos organizados da sociedade civil precisam colocar um carimbo, uma marca, um estilo e uma reflexão próxima do que podemos melhorar dentro da nova etapa do PMCMV, a fase 2.0, do século XXI. O que é o PMCMV do século XXI?

Inicialmente, é preciso enfrentar o desafio da escala, algo que tanto o presidente Lula como a presidenta Dilma brilhantemente reforçaram. Mas a escala não deve ser um fator de preterimento da qualidade urbanística, arquitetônica e da tecnologia aplicada a essas construções que nós realizamos.

Ao mirarmos o modelo chileno - e eu não estou fazendo juízo de valor, se o acho o modelo mais adequado, que acabou servindo de influência para nosso PMCMV -, olhar para o final dos ciclos de desenvolvimento do programa habitacional de larga escala chileno, vemos que existe um alto investimento do setor privado em tecnologia, com aporte público a partir de PPPs [Parcerias Público-Privadas] e a partir de pesquisas construídas nas universidades que foram aplicadas no setor privado. Algo que nós não tivemos no PMCMV.

Houve uma grande estandardização e racionalização da construção do Brasil. Nós melhoramos e humanizamos o nosso canteiro, qualificamos o trabalhador da construção civil, sem dúvida alguma, no ciclo virtuoso do PMCMV. No entanto, construímos prédios fora das lógicas de energia limpa, de sustentabilidade e de soluções baseadas na natureza.

Onde estão as grandes ideias arquitetônicas e de engenharia no PMCMV? Quais são os carimbos? Para além do PMCMV Entidades³⁸, que foi um programa que não tratamos muito bem no primeiro ciclo e precisamos reposicioná-lo, e também entender quais são as novas demandas da sociedade civil e como os movimentos de luta pela moradia encaram o PMCMV Entidades e o que a gente não suporta mais - também fui uma atriz política nesse processo.

É preciso estimular a ampliação da participação das entidades, da construção da assistência técnica como um todo e promover a desburocratização do modelo. Além disso, Caixa Econômica, Ministério das Cidades e outros bancos precisam se inserir na agenda de financiamento da moradia, e não apenas os bancos públicos. Os bancos privados também devem ter uma cartilha de responsabilidade social para a faixa um. Ainda é muito importante que outros setores dentro da produção, como o capital rentista, se unam para enfrentar o déficit habitacional que é um problema coletivo, e não apenas do setor público.

Além disso, como é que a gente amplia a cartilha, porque não é só fazer a casa. O programa tem que ser Minha Casa Minha Vida *retrofit*³⁹ no Centro; de melhoria habitacional; de novas alternativas ambientalmente referenciadas. Quero o PMCMV

³⁸ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/modalidades-1/mcmv-faixa-1-entidades>

³⁹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Retrofit>

ecosustentável; em bairros ecológicos, com loteamentos populares ecológicos. Nós precisamos ampliar as respostas para a multiplicidade dos municípios do Brasil.

Lei de assistência técnica

A lei da assistência técnica tão sonhada por nós, a 11.888, sem dúvida é um marco e um avanço importante no que se refere à participação e à construção da função social de nossas profissões correlatas: engenheiros, arquitetos, planejadores urbanos, ou seja, todo mundo que defende uma construção de forma mais equitativa e mais integrada da cidade.

Nesse sentido, vale mencionar a dificuldade de constituirmos políticas públicas mais capilarizadas e de termos, de certa forma, nos distanciados do ideário popular e de termos aburguesado, em certa medida, o diálogo com a sociedade organizada. Em alguma medida, acabamos perdendo o pulmão político de, além, claro, de fazermos as nossas reivindicações, também sermos demandados e recebermos reivindicações.

É preciso que a gente construa uma sensação de necessidade de participação cultural e social. Eu sou forte defensora de que a assistência técnica seja, por exemplo, prescrita nas consultas públicas, nas favelas e periferias, nas unidades básicas de saúde, nas UPAs, nas consultas Brasil afora, porque isso muda o entendimento.

Uma coisa é você saber que a sua tuberculose provém de algum contato ou de alguma baixa imunidade que você teve em algum momento da sua vida. Outra coisa é você ter um entendimento claro de que a tuberculose decorre da péssima qualidade da sua moradia. Como aproximamos, de fato, o engenheiro/arquiteto desse sujeito/dessa sujeita, que não tem condições financeiras para pagar uma assistência técnica de qualidade ou um engenheiro, calculista que consigam pensar uma estrutura pra sua casa?

É muito importante recuperar a lei de cooperativas de associativismo neste país. Como construímos escritórios e consórcios de escritórios, que possam ser contratados para operar e rodar projetos de assistência técnica? Os poderes públicos e as gestões locais não são capazes de dar conta da demanda que a gente projeta para a assistência técnica brasileira.

E é fundamental pensar como aplicamos a assistência técnica em pequenas escalas, ou seja, de melhoria habitacional na ponta. Esse processo precisa envolver as soluções locais, como a troca de telhado, o kit banheiro, o tempo seco e as diversas soluções de engenharia locais de urbanismo social que a gente tem já acumuladas no nosso repertório.

Mas também como é que a gente coloca estes profissionais no front da discussão dessa “Nova Cidade” e no protagonismo também dos grandes projetos? As intervenções de favela, por exemplo, não passaram pelos grandes projetos e pela execução dentro dos grandes escritórios da assistência técnica popular brasileira. Para entender esse novo ciclo que se abre precisamos inserir esses nossos atores guerreiríssimos da luta urbana da moradia no Brasil.

Cidade de resiliência

Cidades de resiliência são aquelas capazes de lidar com as alterações climáticas e as emergências ambientais e climáticas. Nós não devemos mais usar os argumentos de que os níveis de indicadores observados há 50, 100 anos retornarão, porque isso não vai acontecer. A temperatura continuará subindo e o mar vai continuar aumentando o seu nível.

A não ser que se freie a partir do hoje o aumento dos níveis de emissão de gases do efeito estufa, além de mitigar, fixar e neutralizar a nossa emissão de gás carbônico. Termos energia limpa e energia verde, fazermos a gestão dos nossos resíduos sólidos, acabarmos com a poluição industrial, dar conta do nosso saneamento, são os quatro grandes desafios: água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos.

Mas não pode ser apenas algo num pedaço de papel ou um plano muito bonito com várias folhas que estão totalmente descoladas das medidas orçamentárias que vêm sendo tomadas ao longo do tempo nas cidades como um todo. Existe uma desintegração muito grande. Pensar numa cidade resiliente é pensar numa cidade que planeja o seu amanhã. Construir metas concretas, que sejam exequíveis, palpáveis e assentadas no chão do hoje, mas, também, no chão do ano de 2030, de 2050 e 2070.

Precisamos, portanto, de orçamento público. É preciso afirmar que há uma crise climática no Brasil e vencer o ostracismo político, a leviandade política e o véu do romantismo sobre um suposto possível enfrentamento do problema climático. Finalmente, uma terceira chave é a vontade pública de construir cidades adaptadas, e não cidades adaptáveis, cidades adaptadas à nova realidade climática global.

Cenário ambiental nas favelas e periferias

A favela também faz parte das unidades de conservação em sua grande maioria. Esses territórios estão nas encostas e entranhadas na floresta. O Rio de Janeiro, por exemplo, é uma cidade recordista em metragem quadrada do bioma de Mata Atlântica, que tem uma das maiores florestas urbanas do mundo (Parque Nacional da Pedra Branca e o Parque Nacional da Tijuca), que são rodeadas de favelas de bairros populares. E nós viramos as costas para as nossas florestas nas nossas unidades de conservação.

E é muito importante que a gente mude a cosmovisão, a compreensão do papel, da importância e do protagonismo que a favela tem, inclusive, no sentido da preservação. A favela precisa ser entendida como novo portal, como lugar de transição, como franja de alimentação, como agrofloresta, como horta urbana, como lugar de transição de passado para o novo entendimento. Em vez da favela querer mirar no asfalto, nessa compreensão da década de 1980, da cidade partida, de duas cidades, da não cidade, tenho me debruçado no exercício de investir e investigar uma favela que mira a floresta como utopia a ser perseguida.

Obviamente, nós não voltaremos a ser floresta, mas temos que ter outra relação com essa floresta. Como pensamos nessa floresta que nos alimenta, que equilibra o nosso ecossistema, que cuida da nossa saúde mental, psíquica, que qualifica o meu meio ambiente e a minha vida. Nesse processo de reurbanização dos atores da favela, dos moradores de favela, do território floresta, o território favela passa a ser um grande território de cura, de reurbanização dos sujeitos a partir desse lugar que não é apenas uma floresta estanque, não é apenas uma favela separada fragmentada do seu território e do seu tecido territorial urbano, mas é uma grande conexão, uma malha que precisa dialogar mais e melhor.

Marco legal do saneamento básico

Recentemente, o governo federal mudou o ponto de vista aqui da vereadora e da humilde arquiteta urbanista, de forma acertada, alterando o Marco Nacional do Saneamento. Obviamente que divide opiniões e aqui eu não quero impor o meu juízo de valor. Eu quero dizer o seguinte: não há possibilidade alguma de impedir a utilização do modelo de PPPs. As grandes concessões de saneamento precisam, necessariamente, de grande aporte inicial do Estado. A maioria das empresas estatais carregou o saneamento brasileiro nas costas, e nada mais natural que se amplie a margem de possibilidades de participação das empresas de saneamento, que têm diversidade, são múltiplas, têm diversos fundos e caixas.

Se avaliarmos desde as empresas de saneamento das menores cidades no interior do Brasil profundo até as grandes empresas como a Cedae, observaremos diferentes matrizes de avaliação, inclusive a capacidade de investimento na ampliação da rede. Mas é muito importante dizer que a flexibilização para a realização de PPPs e a retomada da possibilidade da construção da política de saneamento a partir das estatais colocam para nós uma janela de oportunidade, principalmente, onde a iniciativa privada não quer investir por uma razão simples: a planilha não fecha.

Existe uma necessidade de ampliar a rede de atendimento e acesso ao saneamento básico. Nós assinamos tratados internacionais para a erradicação da pobreza, para o alcance de, pelo menos, alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável, dentre eles o acesso à água e o acesso ao saneamento básico. São objetivos para os quais a gente não pode fechar os olhos e negligenciá-los.

Sob esse entendimento, focando em favelas e periferias em municípios com a perspectiva de oferecer baixa lucratividade ao setor privado, é muito importante que a gente derrube os entraves à participação da iniciativa pública nas concorrências e nas discussões. Acho que o Brasil ganha com a flexibilização, abrindo à participação da iniciativa privada – que deve ter responsabilidades econômicas e sociais. No entanto é preciso frisar que para enfrentar o passivo que existe no país, não abrimos mão do saber fazer acumulado pelo Estado brasileiro, que foi capaz de criar um sistema padronizado para um país continental como o nosso.